

Data: 2013/10/05

EXPRESSO - PRINCIPAL

Título: Quase 700 engenheiros emigraram só este ano

Quase 700
engenheiros
emigraram
só este ano

P22

659 engenheiros deixaram Portugal só este ano

Falta de trabalho faz emigração disparar 80%. Cursos sem alunos preocupam Ordem

JOANA PEREIRA BASTOS

Com o sector da construção estagnado, sair do país é o único caminho para cada vez mais engenheiros civis. Só nos primeiros nove meses deste ano, 659 diplomados em engenharia — quase todos em civil — pediram à Ordem a declaração obrigatória para se inscreverem numa associação profissional estrangeira e poderem exercer noutros países. O número não tem paragem de aumentar: são mais 80% do que no mesmo período do ano passado e quase o triplo do valor total registado em 2011. Moçambique, Angola e Brasil,

países em crescimento e com grandes obras em curso, são os principais destinos. Mas há declarações emitidas um pouco para todo o mundo, da Austrália à América Latina e do Norte, da China ao Golfo Pérsico. Na Europa, o Reino Unido é o país que mais tem atraído engenheiros portugueses (51 só este ano).

"A engenharia portuguesa tem muita procura no estrangeiro porque oferece garantias de qualidade. É fácil arranjar trabalho lá fora. Nesse sentido, os engenheiros têm uma grande vantagem relativamente a outras profissões que também têm desemprego neste momento, como os psicólogos, os advogados ou os licenciados em comunicação social, por exemplo, uma vez que tem uma linguagem igual em todo o mundo", frisa o bastonário da Ordem dos Engenheiros (OE), Carlos Matias Ramos.

Arquitetos também emigram

Para facilitar a internacionalização dos profissionais sem trabalho em Portugal, a Ordem tem vindo a celebrar acordos com várias estruturas congêneres no estrangeiro no sentido do reconhecimento automático das habilitações adquiridas nas universidades e institutos politécnicos nacionais. Além das relações privi-

legiadas com os países de língua portuguesa, em particular com Moçambique e Angola, já há acordos com o Peru, Colômbia ou Qatar, por exemplo.

A crise no sector imobiliário e de construção tem também afetado fortemente a Arquitetura. Só este ano, a Ordem dos Arquitetos emitiu 415 certificados para a prática profissional no estrangeiro, quase tantos como em todo o ano passado e mais 40% do que em 2011. No caso destes profissionais, o Reino Unido é o principal destino da emigração, seguido do Brasil e de Angola.

Apesar de a profissão também registar atualmente níveis de desemprego elevados em Portugal,

os cursos de Arquitetura continuam cheios. Já no caso das engenharias, o cenário não pode ser mais diferente: muitas licenciaturas ficaram praticamente às moscas no final da primeira e da segunda fases de acesso ao ensino superior. Dos 45 cursos que este ano não tiveram nenhum estudante colocado, 31 são desta área, dos quais dez de Engenharia Civil.

"Generalizou-se na sociedade a ideia de que muitas engenharias, em particular a Engenharia Civil, não têm emprego. Com medo de vir a ficar sem trabalho, muitos jovens não se candidataram", diz o bastonário da OE.

Essa não é, no entanto, a única razão para a quebra acentuada do número de 'caloiros' colocados em cursos da área. A alteração introduzida no ano passado pelo Ministério da Educação nas provas de ingresso é um dos principais motivos. Em 2012, as licenciaturas ou mestrados integrados com a designação Engenharia no nome — à exceção de Engenharia do Ambiente e Informática — passaram a exigir obrigatoriamente como provas de ingresso os exames de Matemática e Física.

Para concorrer, os estudantes precisam de positiva em ambas as provas, duas das mais temidas pelos alunos e aquelas onde obtêm habitualmente os piores resultados. A Física, por exemplo, a média nacional não foi além dos 7,8 valores (numa escala de 0 a 20). "Com a exigência destas provas de ingresso, diminuiu muito significativamente o número de jovens em condições de concorrer", explica o presidente da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), Alberto Amaral.

A redução do número de candidatos não afetou todos os cursos da mesma forma. As escolas mais prestigiadas como o Instituto Superior Técnico ou a Faculdades de Engenharia do Porto, por exemplo, conseguiram preencher a quase totalidade das vagas. Já as instituições do Interior, em particular os institutos politécnicos, acumulam lugares vazios nas licenciaturas e mestrados em Engenharias.

No total, existem 461 cursos públicos e privados de Engenharia em todo o país. Só nas Beiras existem seis licenciaturas em Engenharia Civil (Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Portalegre e Tomar). "Há claramente um excesso de cursos. Muitos acabarão em poucos anos. Mas em vez de se deixar a situação apodrecer, deviam tomar-se medidas já", defende o presidente da A3ES.

O bastonário concorda: "O Estado demitiu-se completamente de regular e os cursos nasceram como cogumelos", critica (ver entrevista). O organismo que regula o exercício da profissão vai reunir já este mês com todas as instituições que lecionam cursos de engenharia para propor uma reestruturação da oferta, com fecho e/ou fusão de várias licenciaturas.

Para já, a Ordem está preocupada com a diminuição dos estudantes colocados no 1º ano nos cursos da área. "Vai ter consequências num futuro próximo. Dentro de poucos anos, haverá falta de engenheiros", alerta Carlos Matias Ramos.

jbastos@expresso.imprensa.pt

"Sou da geração um canudo e um bilhete da TAP"

Quando concluiu o curso de Engenharia Civil em 2010, Guilherme Pereira, 28 anos, não pensava ir para o estrangeiro. Esteve meses à procura de emprego, mas só encontrou dois tipos de propostas: estágios não remunerados ou contratos a prazo com um vencimento pouco acima do salário mínimo. Sem perspectivas de futuro, aceitou ir trabalhar na construção de um projeto ferroviário na Libéria. "Apesar de ser no meio da selva, numa zona flagelada por uma guerra civil brutal até há poucos anos", motivava-o o salário, "o desafio pessoal e a riqueza da experiência". O projeto acabou ao fim de dois anos e Guilherme regressou a Portugal. Mais uma vez tentou ficar por cá e mais uma vez não encontrou trabalho. "A sensação que fica é que só alguém com a chamada 'cunha' consegue um bom emprego", lamenta. Guilherme está hoje a trabalhar no Gana, com um salário de 5000 dólares (cerca de €3700) e não pensa regressar. "Não existe mercado, nem projetos de engenharia interessantes para mobilizar a indústria novamente", diz. Dos colegas de curso, só dois estão a trabalhar em Portugal. A maioria está no Brasil, em Inglaterra ou no Médio Oriente. "Somos da geração um canudo e um bilhete da TAP", resume João Moreira, 26 anos, também licenciado em Engenharia Civil. Quando concluiu o curso no ISEL, João arranjou trabalho em Portugal, mas já estava de olhos postos no estrangeiro. Há um ano partiu para Angola, mas acabou por se despedir em março para tentar a sorte no Brasil. E não demorou muito a encontrá-la. Aterrou em maio e um mês depois estava já a trabalhar na equipa de produção da linha 4 do metro do Rio de Janeiro. Também não planeia voltar. "O país não dá oportunidades à minha geração", lamenta. Mas não é só uma questão de gerações. Ana Gonçalves, 41 anos, ficou desempregada no ano passado e sabe que dificilmente encontrará trabalho em Portugal, depois de ter sido despedida, por falta de projetos, da empresa onde trabalhava há 16 anos. "Custa-me muito deixar o país, mas não tenho alternativa. É triste", lamenta.



TRÊS PERGUNTAS A

Carlos Matias Ramos

Bastonário da Ordem dos Engenheiros

■ Há quase 500 cursos de engenharia. Faz sentido?

■ Nenhum. É óbvio que o número não está ajustado à procura ou à dimensão do país. Os cursos nasceram como cogumelos, de forma totalmente desregulada. Nós próprios na Ordem temos dificuldade em perceber o que é o quê, tendo em conta a multiplicidade de nomes — Engenharia Eletrónica, de Computadores, Informática, etc. Há cursos a mais porque o Estado se demitiu completamente de regular a oferta. Tem de ser tudo re-

equacionado, até porque nem sequer há professores de qualidade em número suficiente para alimentar todos estes cursos.

■ A solução é fechar os do Interior, que têm menos alunos?

■ Não, porque as escolas do Interior são os principais polos de desenvolvimento da região onde se encontram. A solução é fundir alguns dos cursos e vocacionar umas escolas para uma área e outras para outra. E é preciso diferenciar o currículo no sistema politécnico e

universitário. Neste momento, são coincidentes o que não faz sentido.

■ Nesta conjuntura, aconselha um jovem a ir para Engenharia Civil?

■ Sim. Os que entram agora, só estarão formados dentro de cinco anos e nessa altura haverá oportunidades de trabalho. Um país que não tem engenharia não tem futuro. E é preciso frisar que muitas têm 100% de empregabilidade, como a engenharia mecânica ou as ligadas a áreas tecnológicas.